



Editais nº 001/2022/CEAF/MP/AC

CHAMADA PÚBLICA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

A Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Acre e Coordenadora Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre, Promotora de Justiça Joana D'Arc Dias Martins, no uso de suas atribuições estabelecidas no Ato da PGJ nº 10/2021, torna pública a Chamada referente à seleção de artigos científicos para publicação no Vol. 2, n. 1, da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre.

1 DO OBJETO

Tornar pública a chamada de artigos científicos para compor a publicação da terceira edição, volume 2, nº 1, da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre.

2 PÚBLICO-ALVO

A presente chamada se destina a toda a membros e servidores dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, professores universitários, advogados, estudantes, pesquisadores, assim como dos órgãos do Sistema de Justiça, integrantes de organizações da sociedade civil com atuação pertinente e demais interessados.

Os trabalhos devem ser de autoria de doutores, mestres ou especialistas, aceitando-se bacharéis ou graduandos desde que em coautoria com doutor, mestre ou especialista. Admite-se no máximo três coautores por artigo.

3 LINHA EDITORIAL E EIXO TEMÁTICO

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre tem como linha editorial **a atuação do Ministério Público em prol da Sociedade**, admitindo-se



artigos jurídicos e multidisciplinares que trabalhem com diálogos sobre Direitos Fundamentais, Direitos Sociais, a atuação do Ministério Público, ou outras teses que tenham relação com um desses temas.

Especialmente esta edição terá como eixo temático **Direitos e Garantias na Pós-modernidade**, sendo esperados artigos que trabalhem sobre a atual situação dos direitos fundamentais e humanos, em suas mais diversas faces, incidências e esferas.

4 CRONOGRAMA

Serão aceitos novos artigos até o dia 02 de maio de 2022. A previsão de publicação da terceira edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre é julho de 2022.

5 INSCRIÇÕES

Os autores interessados em participar poderão encaminhar artigos para esta edição da Revista Jurídica do Ministério Público até o dia 02 de maio de 2022. Quaisquer submissões enviadas após essa data serão consideradas para as futuras edições da revista.

As inscrições deverão ocorrer exclusivamente pela plataforma da revista, no endereço eletrônico **ojs.mpac.mp.br**. O texto deverá ser submetido em arquivo Microsoft Word (.doc ou .docx), sem identificação do(s) autor(es), que deverá(ão) se identificar no campo apropriado na plataforma da revista (resumo da biografia), com nome, titulação acadêmica, órgão de vinculação com cargo, e-mail de contato e link para o currículo *lattes*.

Os artigos recebidos pela Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre serão submetidos ao crivo de sua Equipe Editorial, que avaliará se o trabalho atende às normas de publicação descritas no Ato de criação da revista, se mantém pertinência temática com o enfoque da publicação, se possui elevada qualidade técnica, se possui relevância prática e teórica e se permite que a Revista alcance qualificação junto à CAPES. A avaliação dos artigos será feita por pares, pelo método *Double Blind Peer Review*.



6 REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

Os artigos submetidos deverão atender integralmente todas as normas de submissão descritas no site da revista e no Ato da PGJ nº 10/2021, dentre as quais, importa destacar:

a) Os artigos deverão possuir máximo de 30 (trinta) páginas, incluindo todos os elementos, do título à última referência bibliográfica, e deverão ser inéditos, não tendo sido submetidos a outras publicações anteriormente, concomitantemente ou futuramente.

b) O(s) autor(es) não devem estar identificados no arquivo do artigo submetido, mas devem estar com seus cadastros, em especial o Resumo da Biografia e a URL do Currículo Lattes devidamente preenchidos.

c) Os artigos deverão ser compostos por título em português, título em inglês, resumo (entre 100 e 150 palavras) e palavras-chave (entre 2 e 5) em português, tradução do resumo e das palavras-chave em inglês ou espanhol, introdução, desenvolvimento separado em seções equilibradas e concatenadas de forma lógica, conclusão e referências bibliográficas. Outros elementos previstos pela ABNT serão admitidos se imperativos para a proposta do artigo.

d) O resumo deverá conter entre 80 e 150 palavras e será composto, de forma concisa, do tema e sua delimitação e justificativa, dos objetivos da pesquisa, da metodologia e do resultado.

e) Os artigos deverão ser escritos em fonte Arial, tamanho 12, com espaçamento de 3,0 cm nas margens esquerda e superior e 2,0 cm nas margens direita e inferior.

f) Os parágrafos do artigo deverão estar justificados, com recuo de primeira linha em 1,5 cm.

g) Deverá haver espaçamento entre linhas de 1,5, exceto no resumo, nas referências bibliográficas e nas citações diretas com mais de 4 linhas, quando o espaçamento deverá ser simples.

h) Os títulos de seções primárias deverão ser em caixa alta e em negrito; os títulos de seções secundárias, se houver, deverão ser em caixa alta; os títulos de



seções terciárias, se houver, deverão ser em negrito; os títulos de seções quaternárias, se houver, deverão ser em texto normal; os títulos de seções quinárias, se houver, deverão ser em itálico.

i) Serão admitidos artigos escritos em inglês e espanhol. Artigos em outros idiomas serão avaliados quanto à possibilidade de revisão. Não sendo o artigo em português, o resumo e as palavras-chave deverão ser escritos, além do idioma do texto, também em português.

j) As citações feitas nos artigos deverão ser referenciadas no sistema Autor/Data, conforme a NBR 10520. Todas as informações apresentadas deverão ser referenciadas, sob pena de configuração de plágio, que, caso detectado, desclassificará o artigo submetido.

k) As demais normas da ABNT deverão ser seguidas, especialmente a NBR 6023 para a confecção das referências bibliográficas. É essencial que as referências ao fim do artigo estejam com todos os dados necessários para identificar a publicação original. As URLs para as referências devem ser informadas quando possível.

l) Caso seja necessário fazer alterações/correções sugeridas pelos avaliadores externos, ou correções gramaticais sugeridas pela edição, o prazo a ser observado pelo autor será de sete dias, sob pena de desclassificação do artigo, sendo o prazo prorrogável por decisão do Editor da revista.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

A submissão do artigo pelo(s) autor(es) importa na cessão dos direitos autorais ao Ministério Público do Estado de Acre, com a consequente autorização ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, sem ônus, a publicar os referidos textos em qualquer meio, inclusive eletrônico, com os devidos créditos de autoria, sem limitações, a adequar os textos a seus formatos de publicação e a modificá-los para garantir o respeito à norma culta da língua portuguesa.

A submissão e a publicação do artigo não importam em custos aos autores, ao Ministério Público do Estado do Acre e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de seus



idealizadores, não representando necessariamente a visão do Ministério Público do Estado do Acre.

A aceitação de artigos pode ser excepcionalmente realizada para edições futuras da revista, caso a Equipe Editorial vislumbre melhor pertinência temática a edição futura, ou caso o número máximo de artigos tenha sido atingido.

Outras questões relevantes não dispostas neste edital serão decididas pelo Conselho Editorial. Para dúvidas sobre o edital ou a revista, enviar e-mail para revista@mpac.mp.br.

Rio Branco/AC, 21 de fevereiro de 2022

Joana D’Arc Dias Martins
Promotora de Justiça Diretora do CEAF
Coordenadora Editorial da Revista Jurídica MPAC